

MULTILATERALISMO

Tratado fechado entre Mercosul e União Europeia cria um dos maiores blocos comerciais do planeta, contraponto às mudanças geopolíticas com o retorno do republicano Donald Trump, tradicionalmente mais protecionista, à presidência dos Estados Unidos

Pacto é marco para diplomacia

» ROSANA HESSEL
» RAFAELA GONÇALVES

A assinatura do acordo de livre-comércio entre Mercosul e União Europeia (UE) é um marco para a diplomacia internacional, após 25 anos de negociações. O tratado cria um dos maiores blocos comerciais do planeta, um contraponto às mudanças geopolíticas com o retorno de Donald Trump, tradicionalmente mais protecionista, na presidência dos Estados Unidos, que pretende aumentar a rivalidade com a China, o maior parceiro comercial do Brasil.

A conclusão oficial do acordo UE-Mercosul é vista com bons olhos por diplomatas e especialistas de comércio exterior, mas eles reconhecem que ainda há pedras pelo caminho para que se torne uma realidade entre as 31 economias dos dois blocos, que movimentam, anualmente, um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente US\$ 22 trilhões.

“O texto do acordo está fechado definitivamente. Não haverá problema. A dificuldade está no

processo de ratificação na União Europeia. Eu acredito que essas dificuldades vão ser superadas, e o acordo vai ser assinado e ratificado”, destacou o CEO (principal executivo) do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice), Rubens Barbosa, ex-embaixador do Brasil em Washington.

Ele acredita que a ratificação pelos países europeus que faltam deverá ser concluída até o fim de 2025, quando o Brasil estiver na presidência pró-tempore do Mercosul, no segundo semestre.

Para o diplomata, o mais longo da história brasileira, a dificuldade estará no processo de ratificação do acordo em função da oposição da França e outros países, mas é um “grande avanço para uma nova inserção do Mercosul no comércio internacional”. “O acordo é também um elemento positivo para o Brasil no novo contexto geopolítico com a crescente confrontação entre os EUA e a China”, acrescentou.

A União Europeia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil, com quem o país teve uma corrente de comércio de US\$ 92 bilhões em 2023, e o



O texto do acordo está fechado definitivamente. Não haverá problema. A dificuldade está no processo de ratificação na União Europeia. Eu acredito que essas dificuldades vão ser superadas”

Rubens Barbosa, ex-embaixador do Brasil em Washington

acordo é estratégico em vários sentidos, de acordo com informações do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Pelas estimativas da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) as exportações do Brasil para o bloco europeu



O país precisa reduzir custos, senão, vamos abrir o mercado para a União Europeia, e eles vão ocupar esse espaço. É importantíssimo que o acordo acelere a aprovação da reforma tributária”

José Augusto de Castro, presidente da AEB

deverem ter um aumento de mais de US\$ 7 bilhões a curto prazo. O tratado comercial vai eliminar as tarifas de acesso aos mercados europeus para 97% dos bens industriais e para 77% dos bens agrícolas do Mercosul, em 10 anos, e abrange 242 linhas tarifárias da UE e cerca de US\$

109,8 bilhões das importações anuais do bloco. “O acordo entre o Mercosul e a UE envolve 25% da economia global e 780 milhões de pessoas. É um acordo estratégico”, comentou o presidente ApexBrasil, Jorge Viana.

O presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, ressaltou que a conclusão do acordo entre Mercosul e União Europeia “é um passo importantíssimo” para o Brasil e o bloco, mas o texto ainda precisa ser revisto e aprovado pelos parlamentos dos países dos dois blocos.

“O acordo ainda precisará ser aprovado por cada país da União Europeia, e aí é que está o problema. Está acontecendo o mesmo que ocorreu em 2019 quando o acordo foi aprovado, mas, depois, o assunto nunca mais foi discutido”, lembrou.

Um dos principais efeitos desse acordo, na avaliação de Castro, são as vantagens políticas para o Brasil, a curto prazo, e mostrar que o país pode exportar produtos manufaturados e tem condição de credibilidade e de confiabilidade de fazer acordos de negociações entre grandes blocos.

“Mas, basicamente, é o primeiro grande acordo. Isso vai mostrar para o mundo que o Brasil tem condições de produzir manufaturados e, principalmente, continuar exportando commodities”, frisou Castro.

Ele lembrou que, agora, será fundamental que o Congresso avance na conclusão da reforma tributária. “O país precisa reduzir custos, senão, nós vamos abrir o mercado para a União Europeia, e eles vão ocupar esse espaço. Mas, se nós não tivermos um preço competitivo, não vamos conseguir ocupar mais espaço. Então, é importantíssimo, agora, que esse acordo acelere a aprovação da reforma tributária no Congresso, para que possa contribuir para a redução do Custo Brasil”, destacou.

Segundo ele, “se isso ocorrer, nós vamos ter condições de exportar mais para a União Europeia”. “Aproveitando exatamente os benefícios do acordo de uma forma geral. O acordo é muito importante para o Brasil, no aspecto político, para mostrar ao mundo, que o país é capaz de fazer acordo no futuro.”

Setor produtivo comemora conclusão do tratado

Mauro Pimentel/AFP



Produtos como as carnes bovina e suína terão um valor estabelecido por cotas, assim como açúcar e etanol

O acordo entre Mercosul e União Europeia foi festejado pelo setor produtivo. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), por exemplo, recebeu com satisfação a conclusão do pacto, atendendo à reivindicação da entidade por uma inserção externa qualificada do Mercosul e também reconhecendo as boas práticas ambientais e de sustentabilidade do setor produtivo brasileiro.

“A finalização do acordo é oportuna, pois garante aos membros do Mercosul um instrumento poderoso para lidar com as mudanças comerciais e geopolíticas em curso”, afirmou a nota da entidade. “O Brasil representou mais de 80% do fluxo de US\$ 112 bilhões de comércio entre Mercosul e UE em 2023. A importância das trocas comerciais é consequência de um estoque de capital superior a US\$ 320 bilhões investidos por companhias da UE no país. Ou seja, além do potencial de alavancar o comércio, o acordo deve estimular o investimento produtivo de longo prazo, uma fonte importante

de emprego e renda para o Brasil”, acrescentou.

A entidade lembrou que o livre-comércio deverá ocorrer em até 15 anos do início da

vigência do acordo. “A Fiesp seguirá atuante para que possamos aproveitar este período de reduções tarifárias e viabilizar as ações necessárias para elevar a

competitividade dos setores produtivos do Brasil”, acrescentou.

Para a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), o acordo entre UE e Mercosul “é

importante para ampliar o papel estratégico e o fortalecimento da pauta comercial brasileira”. “A ampliação das oportunidades comerciais e a melhoria no ambiente de negócios facilitarão a atração de investimentos do exterior para o mercado brasileiro”, destacou.

A Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) afirmou que o tratado deve “valorizar a percepção sobre o agro brasileiro”. “A entidade reconhece sua importância estratégica a ambos os blocos para a expansão de oferta e a segurança alimentar e energética da União Europeia diante dos limites impostos pelo conturbado cenário geopolítico global”, frisou em nota.

Especificamente para o setor, em 10 anos, a UE deve isentar em mais de 80% as importações agrícolas do Mercosul e dar acesso preferencial com menor tarifa a diversos produtos. A eliminação de tarifas é referente a frutas, peixes, suco de laranja, óleos vegetais entre outros produtos. Já as carnes bovina e suína terão um valor estabelecido por cotas, assim como o açúcar e o etanol. (RH e RG)

Saiba mais

- » Criado em 1991, o Mercosul reúne cinco países: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia, que aderiu em 2023.
- » A Venezuela ingressou no bloco em 2012, mas sua adesão está suspensa desde 2016. O tratado negociado com a União Europeia não incluiu a Venezuela nem a Bolívia, mas os quatro países fundadores do bloco.
- » Os contatos entre UE e Mercosul começaram em 1999. Se implementado, esse acordo permitiria aos quatro países sul-americanos exportar carne (bovina e de aves), açúcar, arroz e mel para a Europa. Por sua vez, a UE exportaria veículos, maquinário e produtos farmacêuticos.
- » Em 2019, os dois blocos anunciaram um acordo político, mas países da UE exigiram a inclusão de garantias ambientais, e as negociações se estenderam por mais cinco anos, já que vários capítulos foram reabertos.

COMISSÃO MISTA

Orçamento avança no Congresso

» ISRAEL MEDEIROS



Quem tem a obrigação de elaborar a lei orçamentária e a execução orçamentária é o Congresso Nacional. Está lá nos artigos 165 e 166 da Constituição Federal. Não cabe a revisão da Legislação por nenhum outro Poder, é simples assim”

Danilo Forte (União Brasil-CE), deputado

Outras despesas correntes tiveram alta de 9,1% (R\$ 200,3 bilhões).

O relatório de Angelo Coronel cita ainda que as receitas provenientes de operações de crédito excedem as despesas de capital em R\$ 245 bilhões, o que contraria a regra de ouro, prevista

na Constituição, que proíbe o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários e a manutenção da máquina pública.

Para que esse valor possa ser usado, o Congresso precisará autorizar um crédito suplementar. “As operações que excedem as despesas de capital e as despesas financiadas com esses recursos dependem de posterior aprovação de crédito suplementar por maioria absoluta do Congresso Nacional”, escreveu Angelo Coronel.

Tanto o relatório da LOA quando o da Lei de Diretrizes Orçamentárias — que na teoria estabelece as regras para a LOA do ano seguinte, mas ambas estão tramitando simultaneamente — devem ser aprovados na CMO na próxima semana, que será estratégica também para o governo, pois tenta aprovar o pacote de corte de gastos antes do recesso Legislativo, cujo início está marcado para 23 de dezembro.

“A partir daí (da aprovação na próxima semana), vamos aguardar se o governo vai fazer algum adendo ao PLOA (o projeto da LOA), para que a gente consiga contemplar as possíveis mudanças que estão tramitando no Congresso Nacional”, frisou o relator à imprensa.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Danilo Forte disse que houve uma “intromissão” do STF no Legislativo, que prejudicou municípios pelo país

O atraso no Orçamento começou ainda com a LDO, que, segundo a previsão legal, deveria ter sido devolvido à sanção presidencial até 17 de julho. A tramitação se arrastou e, em agosto, o STF bloqueou as emendas parlamentares impositivas, o que atrasou ainda mais a discussão, já que os congressistas não tinham previsibilidade legal de como se daria a execução das emendas em 2025.

Para o deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), que foi relator

do Orçamento de 2024, houve uma “intromissão” do Supremo no Legislativo que prejudicou diversos municípios pelo país. “Quem tem a obrigação de elaborar a lei orçamentária e a execução orçamentária é o Congresso Nacional. Está lá nos artigos 165 e 166 da Constituição Federal. Não cabe a revisão da Legislação por nenhum outro Poder, é simples assim”, disse o congressista ao **Correio**.

Apesar de os integrantes da

CMO estarem correndo para aprovar os instrumentos orçamentários para o ano que vem, o deputado vê a possibilidade de a discussão se estender para além do prazo de 22 de dezembro. Isso porque ainda não há uma resposta do Supremo a um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) para reconsiderar partes de uma decisão do ministro Flávio Dino que exigiu mais transparência — ignorando o que foi aprovado no Congresso sobre o assunto.